

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E PROCESSOS EM EDUCAÇÃO
DIVERSIDADE E INCLUSÃO

VALDENIR BATISTA VELOSO

**FORMAÇÃO DE EDUCADORES E A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL E DE
GÊNERO: Relato de uma experiência.**

MATINHOS

2015

VALDENIR BATISTA VELOSO



FORMAÇÃO DE EDUCADORES E A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL E DE GÊNERO: Relato de uma experiência.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão pela Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Édina Mayer Vergara

MATINHOS

2015

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E PROCESSOS EM EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E INCLUSÃO.

Aos doze dias do mês de junho do ano de 2015 (dois mil e quinze), reuniram-se na sala temática Educação Inclusiva Divers, os membros da banca examinadora: Édina Mayer Jerogero (orientador), Maurício Cesar Vitsilio Joquimides e Dilvona Carmo Fodler para avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso do (a) cursista: Isoldenir Ca-tista Deloso

_____, sob o título: Formação de Educadores e a diversidade étnico-racial e de gênero: relato de uma experiência

Após a avaliação deliberou-se que o (a) referido (a) cursista foi aprovado (a) como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão, tendo obtido conceito APL.

Nada mais havendo a tratar, eu Édina Mayer Jerogero (orientador) lavrei a presente ata, a qual será assinada pelos membros da banca.

Édina Mayer Jerogero
Orientador

Maurício Cesar Vitsilio Joquimides
Avaliador 1

Dilvona Carmo Fodler
Avaliador 2

Isoldenir Ca-tista Deloso
Cursista

Dedico este Trabalho Científico às pessoas que acreditam no paradigma da inclusão e, aos que sonham, criam e concretizam inovações que tornam o mundo cada vez mais humano.

AGRADECIMENTOS

A Deus que me deu inspiração, coragem e sabedoria para enfrentar as dificuldades.

À minha mãe que sempre me ajudou em todos os momentos.

À Prof. Édina Mayer Vergara que, com suas aulas e sua experiência de vida, me auxiliou com considerações importantes para execução deste trabalho monográfico.

Aos meus colegas de jornada de multiplicação de saberes, seja em Curitiba, seja em Almirante Tamandaré e/ou seja, em Campina Grande do Sul.

A todos os Mestres do curso de GPEDI.

A todos que direta, ou indiretamente, contribuíram para conclusão deste curso.

"O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem". (João Guimarães Rosa)

RESUMO

O foco deste trabalho monográfico é o de analisar os sentidos e os significados que uma formação em direitos humanos, mais especificamente na diversidade étnico-racial e de gênero propicia ao ambiente coletivo, principalmente no que tange à formação de educadores da rede pública de ensino, destacando a perspectiva de disseminação e multiplicação desta formação para além dos conhecimentos formais e conceituais ora trabalhados, mas com o desenvolvimento de valores e práticas de respeito às diferenças no ambiente escolar. Este trabalho foi possível a partir da proposta pedagógica do curso de especialização em Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão, realizado em 2014, pela Universidade Federal do Paraná, campus Litoral. Tal proposta do curso de especialização oportunizou a formação de uma rede de disseminação de saberes entre a Universidade, os acadêmicos e os educadores das redes municipal e estadual de ensino. No trabalho de disseminação de saberes com os educadores do município de Campina Grande do Sul, foi possível identificar que tais educadores concebem os direitos humanos de modo abstrato e formal e, com certos preconceitos arraigados, quando a abordagem era para gênero e/ou para os sujeitos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros), significando que o processo de capacitação a partir dos conhecimentos apreendidos e ampliados coletivamente deve ir para além de atitudes descontextualizadas em relação ao próximo, pois é preciso conhecer a questão histórica e social destes sujeitos que tiveram os seus direitos violados ao longo da história.

Palavras-Chave: Educação; Direitos Humanos; Formação de Educadores.

INTRODUÇÃO

Com as constantes violações de direitos humanos que presenciamos na sociedade contemporânea, mesmo após 64 anos da publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos é de causar espanto a constatação, através de notícias veiculadas pela imprensa e pelas redes sociais, que uma significativa parcela de nossa sociedade percebe de forma tão negativa a garantia de direitos para todas e todos os indivíduos, principalmente quando tal preconceito é externado por educadores de escolas públicas.

Foi, portanto, a partir desta constatação e com as inquietudes pela busca de uma sociedade mais humana que me levaram a refletir sobre a importância dos educadores de escolas públicas efetivamente se apropriarem dos direitos humanos, e não apenas de institucionalizá-los pelas obrigações legais e/ou pela determinação dos órgãos mantenedores. Tal apropriação somente se realizará com uma formação crítica e emancipadora dos sujeitos que formam outros sujeitos. Esta foi a proposta de formação ofertada aos educadores das escolas públicas de Campina Grande do Sul.

Minha trajetória pessoal e profissional nos direitos humanos tem início quando comecei a lecionar em comunidades periféricas, onde era possível verificar cotidianamente a violação de direitos. Foi a partir desta inserção empírica que comecei a ter grande interesse nas discussões teóricas envolvendo a temática educação, pobreza e direitos humanos. Posteriormente, na Reitoria da Universidade Federal do Paraná, tive a oportunidade de conhecer programas e formações ofertadas por diferentes cursos relacionados aos direitos humanos, principalmente discussões voltadas para as questões étnico-raciais e de gênero.

Ainda na Universidade Federal do Paraná, tive a satisfação de compor a equipe de tutores (ora na função de tutor diretamente, ora enquanto coordenador de tutoria) dos cursos de Educação em Direitos Humanos e de Educação de Jovens e Adultos na Diversidade. A clientela destes cursos era composta, quase em sua totalidade, por professores da rede pública que, ao final do período de formação presencial e à distância, apresentavam propostas de plano de ação educacional em direitos humanos e em práticas pedagógicas para alunos jovens e adultos, os quais eram implementados em suas escolas.

Foi durante a análise destes planos de ação e/ou enquanto membro da banca de avaliação dos mesmos, que era possível constatar o quão frágil e muitas vezes preconceituosas eram as práticas a serem implementadas, muitas delas por desconhecimento dos docentes, outras por concepções pré-concebidas determinadas pelo ambiente cultural, religioso e social destes docentes. A ideia de organizar uma formação crítica e emancipadora na temática em questão surgiu a partir deste momento, o que foi possível de realizar a partir da proposta desenvolvida pelo campus Litoral da UFPR em parceria com a SECADI/MEC.

O eixo central da formação planejada e implementada, em suma, girou em torno da concepção de que não é correto entender os Direitos Humanos como mera abstração ou como uma atribuição natural e fixa, assim como querem propagar os jusnaturalistas, mas sim como produtos historicamente e culturalmente produzidos da nossa sociedade. Nesse sentido, o projeto de formação de educadores, além da discussão conceitual acerca dos direitos humanos e da educação em direitos humanos, procurou também entender dialeticamente quem são os sujeitos históricos que constantemente tem seus direitos violados, seja por sua condição de raça/etnia, seja por sua condição de gênero e/ou seja por sua orientação sexual.

O projeto de formação desenvolvido, bem como o presente trabalho monográfico, ainda que modestamente e sem pretensão de absoluta originalidade, busca uma nova via de interseção entre os campos supramencionados, ao trazer à discussão dos direitos humanos ao campo educacional, sobretudo, em se tratando das questões de gênero e de orientação sexual. Acredito que, pelas razões aqui expostas, esta singela produção poderá contribuir para a discussão teórica e metodológica da educação em direitos humanos, ressaltando a necessidade da efetiva apropriação do conhecimento humano para o desenvolvimento de uma cultura voltada para a diversidade, com o devido reconhecimento do negro, da mulher e dos indivíduos LGBT enquanto sujeitos de direitos.

RACISMO NA ESCOLA

Nossa educação, enquanto reflexo de uma sociedade de classes, é omissa. Mostra apenas o que interessa à classe dominante. Nesse sentido, é preciso desmistificar a imagem do negro na escola, pois sempre que olhamos a imagem de um negro, em qualquer obra literária e/ou livro didático, percebemos como ela é exagerada. O negro sempre aparece como uma pessoa ignorante ou um empregado na casa dos brancos. Por isso, é importante procurar fazer com que o aluno tenha um novo olhar em sua leitura. Provocar a curiosidade nele para que tenha o interesse em saber sobre o que está destacado no texto, como por exemplo, se aparece alguma manifestação do negro, quem escreveu a obra e qual a cor do autor.

Na formação proposta realizou-se esta discussão com os educadores, debatendo a necessidade que os alunos conheçam a verdadeira história desse povo que foi raptado de sua terra para servir de mão-de-obra escrava na colônia brasileira. Só assim pode-se, pelo menos, minimizar o preconceito tão arraigado em nossa sociedade em relação à etnia negra.

Em suma: é preciso transformar a Educação das Relações Étnico-Raciais para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em uma possibilidade de o educador e, conseqüentemente seu aluno, ganhar qualificação e respeito às diferenças, fazendo configurar, finalmente, a identidade e a consciência pluricultural na escola, que atingirá seu objetivo de construir cidadãos autônomos e coletivos. Infelizmente, ainda há um longo caminho a percorrer, pois existem nas escolas professores com muito preconceito e que não aceitam trabalhar com as temáticas de gênero e/ou de racismo.

Todavia, durante os encontros de formação dos educadores foi trabalhado exaustivamente a importância do ensino da história e da cultura afro-brasileiras na escola, principalmente no que diz respeito a cultura regional (estadual), a qual deve ser enfocada em todas as disciplinas da matriz curricular, pois são poucos os alunos e até mesmo os professores que conhecem a influência do negro na cultura do estado do Paraná e do município. Além disso, depois de todos esses anos se aprofundando na cultura europeia, está mais do que na hora de se conhecer a nossa outra metade. Não somos uma mistura de europeus, africanos e índios? Então nada

mais justo incluir a história da cultura afro. Pois, é uma forma de trabalhar o preconceito, pois o que se conhece se respeita.

Mas, infelizmente durante os momentos de formação foi possível perceber que realmente os docentes estão despreparados para trabalhar com essa temática, pois muitos deles simplesmente ignoram achando que é só para professor de história desenvolver esse tema maravilhoso: as relações étnico-raciais. Muitos questionavam o porquê desse trabalho.

Além do já mencionado, outra parte angustiante do trabalho de formação consistiu na questão do ensino das religiões. É sabido que as religiões de matriz africana como o Candomblé e a Umbanda, ainda hoje são muito discriminadas. A discriminação parte de outras religiões como algumas pentecostais, uma vez que na classe havia professores evangélicos, e também de segmentos da Igreja Católica e de pessoas de outros credos, mas que desconhecem as religiões de origem afro e confundem as coisas, achando que se trata de feitiçaria e/ou coisa de pessoas sem cultura.

Foi preciso clarificar que as religiões de matriz africana fazem parte do patrimônio e da história nacional. Sendo que elas precisam é de um espaço para serem mostradas, um respeito para serem admiradas e uma justa sociedade para que isso possa ser feito e, sem dúvida nenhuma, o primeiro passo para que isso aconteça deve ser dado no interior das escolas.

Portanto, foi discutido com os educadores a importância de se propor práticas educacionais que viabilizem o exercício da tolerância e o respeito à diversidade, haja visto que o lugar da escola pública permite a congregação de diversas religiões. Desse modo, ensinar religiões (e não uma religião) na escola não deve ser feito para defesa de uma delas, em detrimento de outras, mas discutindo-se princípios, valores, diferenças e tendo em vista – sempre – a compreensão do outro. Todas as tradições religiosas, tenham elas origens em quaisquer regiões ou povos da terra, merecem respeito e, portanto, devem contar com a pluralidade cultural dos diferentes modos de se buscar a religião.

De tudo isso, foi enaltecido que os princípios constitucionais e legais obrigam, educadores, a se pautar pelo respeito às diferenças religiosas, pelo respeito ao sentimento religioso e à liberdade de consciência, de crença, de expressão e de culto, reconhecida a igualdade e dignidade da pessoa humana.

Um segundo momento importante da formação foi o de análise dos Projetos Político Pedagógico da escola em que os cursistas atuavam, sendo que primeiramente foi identificado que os documentos elencavam a necessidade de transformar a Educação das Relações Étnico-Raciais (de acordo com a legislação vigente) para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em uma possibilidade de o aluno ganhar qualificação e respeito às diferenças, fazendo configurar, finalmente, a identidade e a consciência pluricultural na escola, que atingirá seu objetivo de construir cidadãos autônomos e coletivos. Os PPP's ainda destacavam no marco situacional que ainda há muitos empecilhos administrativos e pedagógicos para trabalhar com o tema, pois justifica-se que na escola há professores com muito preconceito e que não aceitam trabalhar com as temáticas de gênero e/ou de racismo.

Todavia, para além do PPP, alguns professores enalteceram que se tem trabalhado nos encontros pedagógicos a importância do ensino da história e da cultura afro-brasileiras na escola, principalmente no que diz respeito a cultura regional (estadual), a qual deve ser enfocada em todas as disciplinas da matriz curricular, pois são poucos os alunos e até mesmo os professores que conhecem a influência do negro na cultura do estado e do município.

Outra dificuldade levantada nos PPP's das escolas consiste na questão do ensino das religiões, pois o trabalho pedagógico das relações étnico-raciais também deve abordar as religiões de matriz africana como o Candomblé, a Umbanda, o Batuque e outras, as quais ainda hoje são muito discriminadas.

Por fim, os PPP's das escolas analisadas elencavam as diversas ações que ocorrem na semana da consciência negra, enfatizando que é criado um espaço para a cultura negra ser mostrada, admirada e respeitada, com vistas a construção de uma justa sociedade para os alunos e suas famílias. Ao analisar os PPP's, os cursistas relataram que são muitas as dificuldades para o coletivo escolar de qualquer instituição trabalhar com as relações étnico-raciais, mas que o primeiro passo para que uma nova cultura de respeito às diferenças realmente aconteça, deva ser dado no interior das escolas.

Em resumo, durante este módulo de formação ficou nítido que a sociedade é racista e que reproduz um modelo de estereotipação do negro, construído com generosas doses de racismo. Outro ponto levantado foi a inferiorização do negro,

principalmente no mercado de trabalho, onde há certo consenso que o negro exerce somente funções braçais e que aceitam ganhar baixos salários.

Outro destaque ficou por conta de que o racismo contribui para a construção de uma imagem negativa do negro, sendo ele apontado como o bandido, o “vilão da sociedade”, sendo que uma das professoras enfatizou que a piada “negro quando não faz na entrada faz na saída” é comumente usada nas rodas de conversa. Um último ponto levantado durante a formação foi que a mídia, em especial a Rede Globo com suas novelas, contribui para a naturalização do racismo e para a inferiorização imposta ao negro e que somente com punições mais efetivas é que o racismo poderá ser minimizado.

CONCEITUANDO GÊNERO

Na segunda etapa de formação foi conceituado historicamente e socialmente o conceito de gênero, enfatizando que há mais de 500 anos, o currículo escolar no Brasil vem usando um modelo padrão de representação da família. Os currículos e os livros didáticos mostram a família como um modelo ideal que é composto por um casal, necessariamente representado na figura de um homem e uma mulher, e um casal de filhos que era um desejo de muitos casais. O currículo não mostra uma realidade que não é a almejada por grande parte do público ou que fosse um possível alvo de críticas.

Segundo a Sociologia, o conceito de família se resume em um grupo de pessoas diretamente unidas por conexões parentais, cujos membros adultos assumem responsabilidade pelo cuidado das crianças. Vemos ainda que o parentesco é definido pelo casamento e por linhas de descendência que conectam parentes consanguíneos. Essa visão resume o conceito de família existente na sociedade mundial e brasileira até pouco tempo atrás.

Debateu-se ainda que o Brasil viveu fases de imenso conservadorismo, onde se pregava que a mulher era uma figura totalmente dependente ao homem. Com os movimentos da revolução feminina do início do século XX e nas décadas de 1970 e 1980, e com a regulamentação do divórcio, foi possível, dentre outras coisas, que um novo padrão familiar começasse a ganhar forma.

O movimento feminista foi um fator de grande importância que gerou diversos debates sobre família e estrutura familiar. Nesse sentido, analisou-se o resumo das obras de algumas escritoras feministas que escreveram sobre a estrutura familiar, mostrando que alguns membros tinham benefícios dentro do modelo tido como padrão, onde havia relações de poder desiguais.

Ainda neste ponto, foi enaltecido que a partir da década de 1980 começou a se tornar mais visível um modelo de família onde a responsabilidade pelo bem comum estava sendo transferida para outras figuras como a mãe. A família possui basicamente duas funções sociais que são a socialização primária - processo de aprendizado das normas culturais da sociedade pelas crianças; e a estabilização da personalidade (heterossexual), processo referente ao papel da família ao assistir seus membros adultos, como por exemplo, no casamento.

Esta discussão serviu como pano de fundo para o item central em questão neste módulo de formação: A família e suas diferentes abordagens no currículo escolar. Questionando se existe, nos dias de hoje, um modelo padrão de família que seja rigidamente seguido pela sociedade? Todas as famílias são iguais? As famílias mudaram?

Certamente que as respostas para todas essas perguntas não foram um sim. Fatores como estes levam a crer que o padrão de família realmente mudou. Portanto, o currículo escolar também deve mudar. A legislação brasileira, no ano de 2002, passou a reconhecer a instituição social família como um grupo de indivíduos onde uma ou mais figuras fossem responsáveis pelo bem comum. Essa pessoa não precisaria necessariamente representar ou ser a figura do pai ou da mãe. A consolidação dessa lei, fez com que diversos modelos de famílias, tido como não convencionais, fossem mais reconhecidos, inclusive pelo poder público.

Ao findar deste módulo ressaltou-se que o currículo que aí está posto, demonstra e reforça a situação de preconceito a que crianças estão submetidas e o comportamento discriminatório de profissionais que deveriam ser referenciais no processo de educação realmente democrático. Um currículo emancipador deve ter como principal objetivo ampliar o debate sobre a livre orientação sexual e o combate à violência de gênero, enquanto direitos humanos. Possibilitando também, ações afirmativas de combate à discriminação e à violência contra a mulher e o público LGBT. A atual escola pública somente será democrática quando possibilitar a emancipação de todas e de todos.

DIVERSIDADE NA ESCOLA

No último módulo de formação foi abordado os sujeitos LGBT e a presença dos mesmos nas escolas. A discussão foi iniciada com a reflexão sobre a necessidade de desmistificar a imagem do público LGBT na escola, pois sempre que há a imagem de um gay na mídia, percebe-se como ela é exagerada. Por isso, é importante procurar fazer com que o aluno tenha um novo olhar em sua leitura. Provocar a curiosidade nele para que tenha o interesse em saber sobre o que está destacado no texto, como por exemplo, se aparece alguma manifestação do segmento LGBT em algum material impresso ou virtualmente, é importante discutir quem escreveu e com qual objetivo.

Neste momento de formação, houve o relato de que os alunos conhecem e vivenciam a diversidade com mais facilidade, sendo mais difícil para o professor compreender tal diversidade. Os professores debateram ainda que os momentos de formação, como o curso que ora estava sendo ofertado, abria possibilidades de se minimizar o preconceito tão arraigado na sociedade em relação ao público LGBT. Sendo que o professor precisa urgentemente ganhar qualificação e respeito às diferenças, fazendo configurar, finalmente, a identidade e a consciência pluricultural na escola.

Os professores cursistas relataram ainda que é somente o que se conhece que se respeita e que realmente estão despreparados para trabalhar com essa temática. Relataram também que muitos docentes e a equipe de gestão da escola são contra e questionam o porquê desse trabalho, se quase todos são heterossexuais na escola. Neste ponto, foi reiterado que a escola é para todas e todos, indiferente da orientação sexual.

Portanto, foi importante discutir e propor práticas educacionais que viabilizassem o exercício da tolerância e o respeito à diversidade, haja visto que o lugar da escola pública permite a congregação de diversas orientações sexuais. Desse modo, ensinar a temática da diversidade sexual na escola não deve ser feita para defesa de uma delas, em detrimento de outras, mas discutindo-se princípios, valores, diferenças e tendo em vista – sempre – a compreensão do outro.

Durante este módulo de formação foi clarificado que a educação em direitos LGBT precisa estar articulada com o desenvolvimento da sensibilidade. A referência

à vivência, às dificuldades concretas enfrentadas, aos problemas existentes e ao sentimento pelo outro que podem efetivamente mobilizar educadores para o conhecimento e para a ação. O significado dos direitos LGBT, em disputa no campo político, também é negociado e modificado pelas emoções e afetos de quem pretende estudá-los.

No que diz respeito a aspectos mais objetivos desta capacitação de educadores em direitos LGBT, julgou-se necessário também repensar algumas políticas educacionais do Ministério da Educação - MEC frente aos objetivos da educação LGBT, referenciados pelo Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos LGBT. É um fato que as políticas de capacitação em direitos LGBT do Ministério da Educação - MEC visam fornecer instrução a talvez dezenas de milhares de professores, em centenas de municípios, em contextos sociais por vezes absolutamente diversos e com pouca relação comum. Do mesmo modo, a mediação realizada pelas capacitações do gênero se dá em períodos curtos de tempo (poucos meses), tendo que se adaptar à rotina profissional dos educadores, que participam deste processo ao mesmo tempo em que cumprem seus compromissos profissionais, assim como ocorreu durante a formação que se encontra neste relato.

É mesmo possível, sob esta perspectiva, atender objetivos que visam não só a transmissão de conhecimentos, mas igualmente o desenvolvimento de valores e práticas referenciadas, sem contar com a formação do sujeito de direitos atuante nas questões e violações que perpassam situações concretas do público LGBT?

O que se observou é que esta formação continuada, apesar de aligeirada, despertou o interesse dos participantes para a temática, acrescentando conhecimentos na área, mobilizando novas posturas de respeito ao público LGBT, trouxe ainda, reflexões importantes sobre a própria prática educativa dos professores. O tom do discurso ouvido nos relatos e nos intervalos indica educadores satisfeitos com o que aprenderam e mais cientes das questões relativas aos direitos LGBT.

O que seria salutar, portanto, é entender as limitações de capacitações relacionadas ao segmento LGBT, bem como ajustar os objetivos pretendidos com a política educacional. Espera-se que os eventos relacionados às questões de gênero e sexualidade possam contribuir, efetivamente, para uma educação em direitos

humanos, e mais especificamente à capacitação reflexiva de educadores na temática.

Nesse sentido, também se espera que a formação oferecida aos educadores através deste curso construa novas significações nas relações para com o público LGBT, a fim de possibilitar um diálogo com o travesti, com a transexual, com o transgênero, com o gay e com a lésbica, para entender suas histórias e construir uma sociedade de respeito a todas e todos.

Finalmente, para encerrar este breve relato no artigo que se apresenta, evidencia-se que não existe nenhum modelo definitivo para a educação em direitos humanos. Pois as reflexões aqui levantadas podem eventualmente contribuir para a definição de novas metodologias para a capacitação de educadores na temática. Acredita-se ainda que propostas futuras devem se centrar mais na dimensão dos problemas, relações e vivências concretas do ambiente e da comunidade escolar para com as questões de gênero, raça e orientação sexual, para então propor um diálogo com a dimensão conceitual e legal destes direitos.

Além disso, a importância fundamental dentro do campo dos direitos humanos é fugir do enfoque estrutural de políticas educacionais, centradas apenas nas ações realizadas, metas atingidas e na amplitude geográfica e números de participantes formados, para centrar sua atenção naquilo que se construiu ou se ressignificou em termos de pensamento dos educadores para a vivência “da” e “na” diversidade e no respeito a pessoa humana em sua condição peculiar de desenvolvimento biopsicossocial.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ABRAMOVAY, Miriam. et alli. Juventude e Sexualidade. Brasília: UNESCO, 2004.

BORRILLO, Daniel. Homofobia. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2001.

BERNOS, Marcel. et alli. O Fruto Proibido. Lisboa: Edições 70, 1991.

DOVER, Kenneth. A Homossexualidade na Grécia Antiga. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.

HEILBORN, Maria. et alli. O Aprendizado da Sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz, 2006.

JUNQUEIRA, Rogério. A escola na construção da cidadania: o reconhecimento da diversidade sexual e o enfrentamento à homofobia. Disponível em: [www.undimemg.org.br/Arquivos/Apresentacoes_Seminario/A%20Escola %20na %20Construção% 20 da%20Cidadania.ppt](http://www.undimemg.org.br/Arquivos/Apresentacoes_Seminario/A%20Escola%20na%20Construcao%20da%20Cidadania.ppt).

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação*: uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

PERROT, Michelle. et alli. História da Vida Privada, 4:da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RICHARDS, Jeffrey. Sexo, Desvio e Danação: as minorias na Idade Média. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SPENCER, Colin. Homossexualidade: uma história. Rio de Janeiro: Record. 1996.

TREVISAN, João, Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2000.

WELZER-LANG, DANIEL. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. Rev. Estud. Fem. , Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2001000200008&lng=pt&nrm=iso.